

ÍNDICE

1 – Enquadramento legal	- 3 -
1.1 – Normas Legais Aplicáveis	- 3 -
2 – O Município de Porto de Mós	- 4 -
2.1 – Vila, sede de Concelho	- 4 -
2.2 – Identificação	- 4 -
2.3 – Legislação	- 4 -
2.4 – Situação geográfica, população e constituição	- 5 -
2.5 – História (pequeno resumo)	- 5 -
2.6 – Principais Indicadores de Ordem Económica	- 6 -
2.7 – Estrutura Organizacional	- 6 -
3 – Síntese do Exercício de 2008	- 11 -
3.1 – O Terceiro exercício económico de um mandato de quatro anos	- 11 -
3.2 – Objectivos Genéricos	- 11 -
3.3 – Alguns Indicadores de Desempenho	- 12 -
3.4 – Análise Sintética da Situação Económica e Financeira	- 13 -
4 – Relatório de Gestão	- 14 -
4.1 – Objectivos do Relatório de Gestão	- 14 -
4.2 – Análise da Execução Orçamental	- 14 -
4.3 – Recursos Humanos	- 24 -
4.4 – Apoio Social	- 27 -
5 – Análise da Dívida	- 28 -
5.1 – Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo	- 28 -
5.2. – Evolução da Dívida no Triénio 2006 / 2008	- 29 -
6 – Endividamento Municipal	- 30 -
6.1 – Limites ao Endividamento Municipal	- 30 -
6.2 – Situação Face aos limites do Endividamento	- 31 -
6.3 - Cálculo da Capacidade de Endividamento	- 32 -
6.4 – Rácios do Endividamento, Evolução no Quadriénio de 2005 a 2008	- 33 -
6.5 – Prazo Médio de Pagamentos, em dias	- 33 -
7 – Execução das GOP's do Plano	- 34 -
7.1 - Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes	- 34 -
7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	- 34 -
7.3 – Resumo das Grande Opções do Plano	- 35 -
8 - Indicadores Gerais da Actividade	- 36 -
8.1– Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2006 / 2008	- 36 -
9 – Análise da Situação Económica e Financeira	- 37 -



9.1 – Balanço e Demonstração de Resultados	- 37 -
9.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	- 39 -
<i>10 – Proposta de Aplicação de Resultados</i>	<i>- 44 -</i>
<i>11 – Mapas Anexos ao Relatório de Gestão</i>	<i>- 45 -</i>



PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2008

1 – Enquadramento legal

1.1 – Normas Legais Aplicáveis

Nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de Prestação de Contas bem como o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação referente ao ano 2008, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

Assim e nos termos do regulamentado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o Executivo Municipal apresenta os seguintes documentos de prestação de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Mapas de Execução Orçamental;
- Anexo às Demonstrações Financeiras; e
- Relatório de Gestão.

O Balanço reflecte a situação patrimonial da autarquia, num dado momento do tempo, 31 de Dezembro de 2008, mostrando os activos do Município (os recursos de que dispõe), os passivos (o que está em dívida) e os fundos próprios.

Por seu turno, a Demonstração de Resultados reflecte o desempenho económico da Autarquia discriminando a natureza dos proveitos obtidos, bem como a natureza dos gastos necessários à sua obtenção.

Os Mapas de Execução Orçamental, com o escopo de acompanhamento desta, são constituídos pelos seguintes anexos: Controlo Orçamental da Despesa; Controlo Orçamental da Receita; Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria.

Os anexos às demonstrações financeiras visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações relatadas ou de outras situações com implicações financeiras relacionadas com o exercício em apreciação.

Por último, Relatório de Gestão, é um documento de prestação de contas que traduz, de forma sucinta, a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano no ano financeiro de 2008.



Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

A Resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D.R. nº 191, II Série, de 18 de Agosto de 2001, determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Acta de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

2 – O Município de Porto de Mós

2.1 – Vila, sede de Concelho

Porto de Mós constitui sede de um Município com o mesmo nome.

2.2 – Identificação

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-851 Porto de Mós, contribuinte fiscal nº 505586401, telefone nº 244 499600 e fax nº 244 499601. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

2.3 – Legislação

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.



2.4 – Situação geográfica, população e constituição

Pertence ao distrito de Leiria, está inserido na zona geográfica designada por “Pinhal Litoral”, abrangendo um vasto território com uma área de 264,26 km². Tem uma população residente em número de 25.089 habitantes, com referência a 2006 (*fonte: anuário INE 2007*), distribuída por treze freguesias – Alqueidão da Serra, Alcaria, Alvados, Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, Serro Ventoso, São Bento, São João, São Pedro.

2.5 – História (pequeno resumo)

Portus Molarum (porto das mós) parece ser o fundamento toponímico desta vila cuja origem é bastante remota, de acordo com os achados arqueológicos que atestam, por exemplo, a presença do povo romano por estas terras, constituindo-se o troço da Estrada Romana do Alqueidão da Serra como um itinerário obrigatório a percorrer, ilustrativo deste legado.

A “...vila forte...”, como Camões a designa na estância 16 do canto VIII d’ “Os Lusíadas”, está intrinsecamente associada à figura lendária de D. Fuas Roupinho, alcaide-mor do castelo desta terra. Fortaleza rara do género, em virtude dos seus cinco torreões, o castelo de Porto de Mós, cuja construção se prevê ser do século XII, evidencia uma arquitectura militar, de inspiração gótica e renascentista, mais tarde adaptada a paço senhorial.

Do património edificado é de destacar, ainda, as muitas igrejas e capelas que proliferam por todo o concelho, com destaque para a capela de São Jorge, do século XIV, mandada edificar por D. Nuno Álvares Pereira, como símbolo da batalha entre portugueses e castelhanos, a Igreja do Juncal, do século XVIII, ornada de painéis de azulejos fabricados na Real Fábrica de Cerâmica do Juncal, a frontaria da antiga Igreja da Misericórdia, do século XVI, a actual Igreja de São Pedro, antigo Convento do Bom Jesus, do século XVII, e a Igreja de São João que, apesar das várias intervenções, conserva um portal românico digno de nota.

Porto de Mós tem ainda a peculiaridade de aliar o património histórico ao património rural e natural. A sua localização geográfica, em pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, conhecido pelas suas características geológicas, onde falhas, escarpas, afloramentos rochosos e grutas constroem uma paisagem agreste única, constitui um convite à descoberta, associando o turismo de natureza à prática de desportos ao ar livre.



2.6 – Principais Indicadores de Ordem Económica

2.6.1 – Sector Primário (agricultura e pesca)

Neste sector não existem disponíveis dados actualizados estatísticos por Concelho. Os valores deste sector de actividade surgem agrupados por NUTs a nível nacional. No caso de Porto de Mós, os dados estão contidos nos valores divulgados para a NUT III – Pinhal Litoral, à qual o Concelho pertence.

No entanto, pode-se afirmar que a produção de fruta, azeite, vinho e pecuária são actividades com expressão significativa no Concelho, embora sem o fulgor de outros tempos.

A produção florestal é igualmente um exemplo de uma actividade tradicional que se mantém.

2.6.2 – Sector Secundário (indústria)

O sector industrial no Concelho é bastante diversificado, englobando 889 unidades de produção, as quais registaram em 31.12.2006 um volume de negócios no montante de 206,2 milhões de euros. *Fonte: INE.*

Sendo a indústria extractiva de mármore e de rochas ornamentais a mais representativa do Concelho na actualidade, com 143 empresas, é no sub sector da indústria transformadora que existe o maior número de unidades industriais: 408. Segue-se o sub sector da construção civil com 338 unidades de produção.

A actividade industrial no Concelho é ainda relevante nas indústrias da cerâmica de louça, do fabrico da telha e tijolo, da indústria têxtil e da metalomecânica.

Mais recentemente a indústria de moldes e de plásticos, bem como de outros produtos sintéticos também marcam presença significativa no Concelho e tornam-se especialmente importantes pelo seu carácter tecnológico e inovador.

2.6.3 – Sector Terciário (comércio e serviços)

Operam neste sector na área do Município 1.805 unidades empresariais. O comércio tem sido um sub sector em transformação, enquanto que o sub sector dos serviços tem conhecido crescimento acentuado. O comércio, propriamente dito, regista 815 empresas; no alojamento e restauração contam-se 168 unidades; os transportes e comunicações ascendem a 131; na actividade financeira existem 13 unidades; as unidades de serviços prestados às empresas somam 336 e a educação, saúde e outros ascendem a 312 unidades. Estes dados reportam-se a 2006. *Fonte: INE.*

2.7 – Estrutura Organizacional

2.7.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

A estrutura organizacional actual da Câmara Municipal de Porto de Mós foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 30 de Abril de 2004.



Organigrama

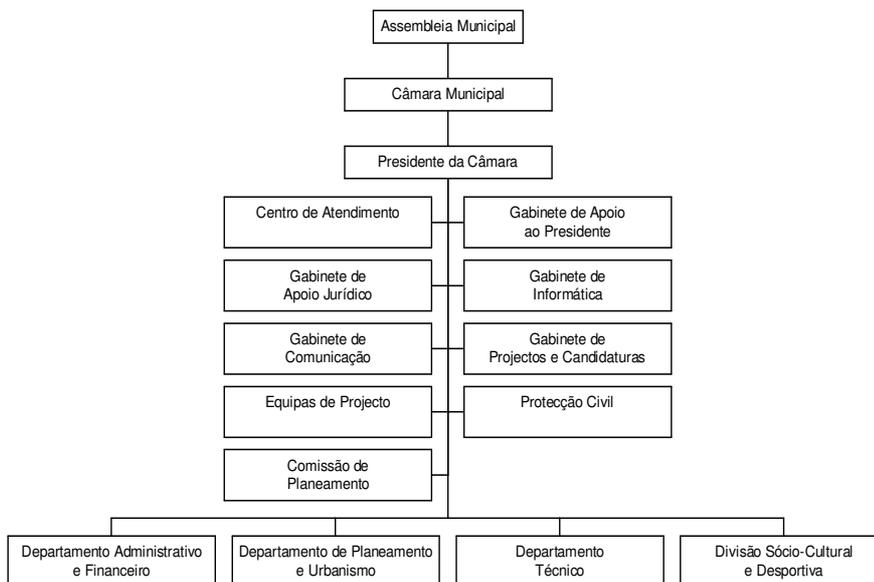


Imagem 1: Organigrama Geral da Câmara Municipal de Porto de Mós

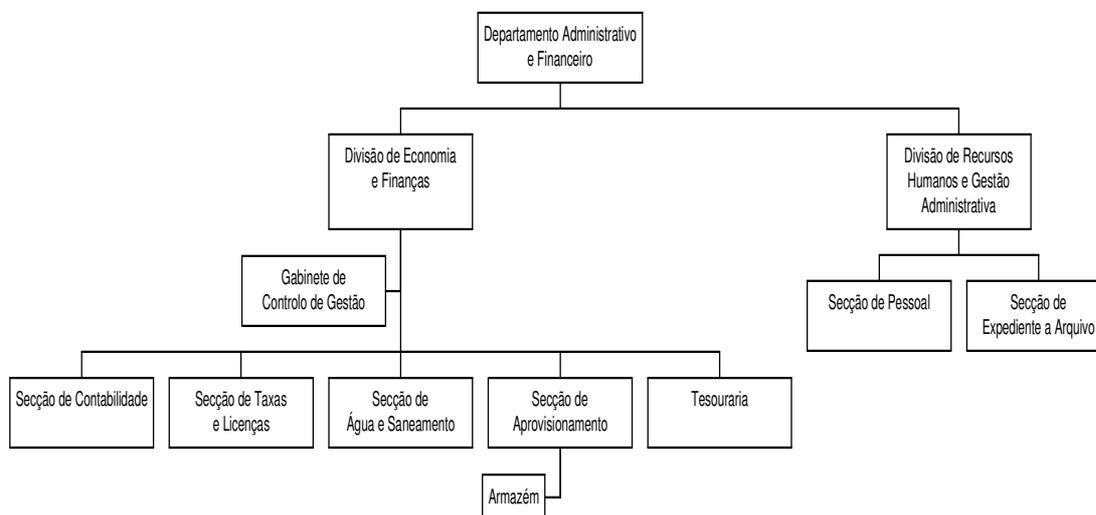


Imagem 2: Organigrama do Departamento Administrativo e Financeiro

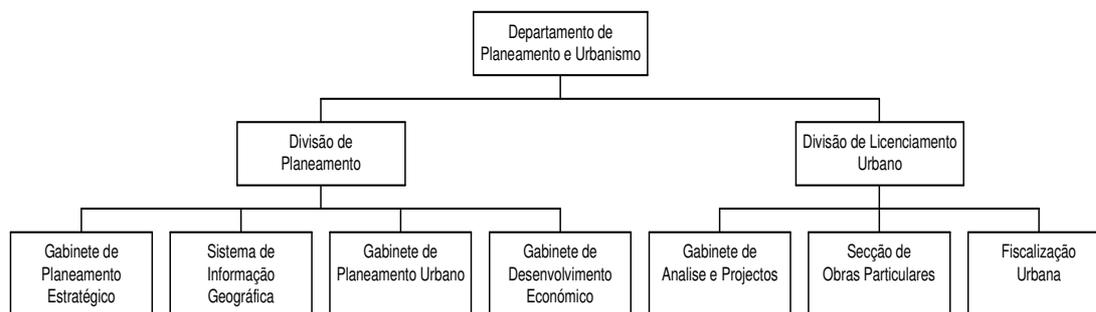


Imagem 3: Organigrama do Departamento de Planeamento e Urbanismo

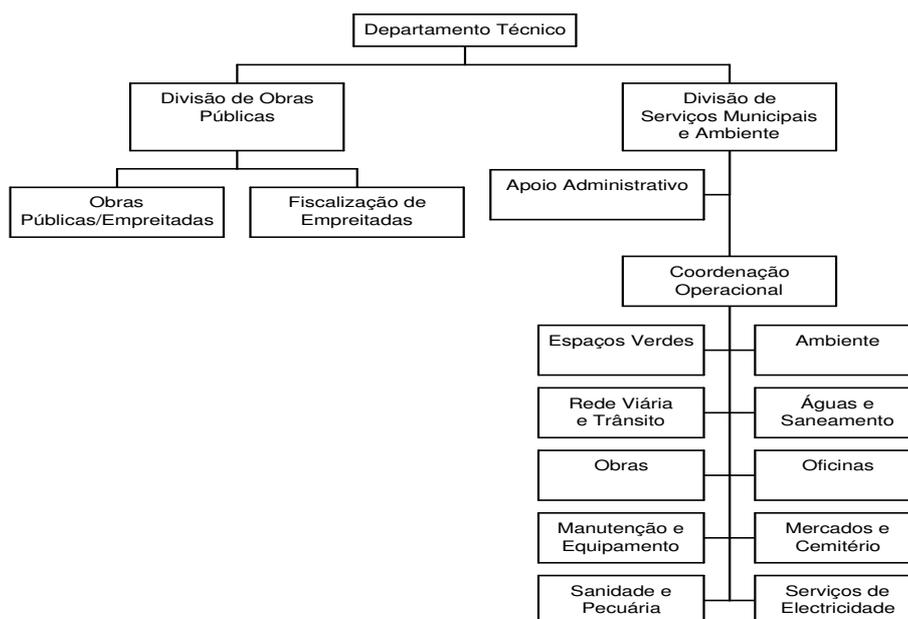


Imagem 4: Organigrama do Departamento Técnico

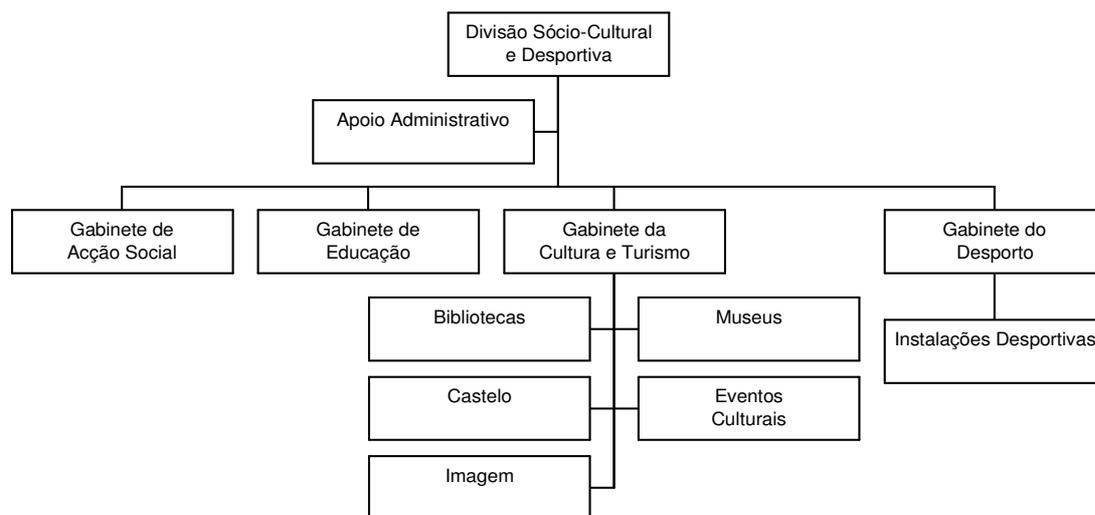


Imagem 5: Organigrama da Divisão Sócio-Cultural e Desportiva

2.7.2 - Descrição Sumária das Actividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, o desenvolvimento de actividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Policia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais, actualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro.



2.7.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2008 a 31/12/2008 o Órgão Executivo foi composto por:

- Presidente – João Salgueiro;
- Vereador a Meio Tempo – Albino Pereira Januário;
- Vereador a Tempo Inteiro – Rui Augusto M.S. Pereira Neves;
- Vereador a Tempo Inteiro – Jorge Manuel Vieira Cardoso;
- Vereador – António José Jesus Ferreira;
- Vereador – Irene Maria Cordeiro Pereira;
- Vereador – João José Conceição Almeida.

2.7.4. – Organização Contabilística

O regime contabilístico adoptado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adoptado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.



3 – Síntese do Exercício de 2008

3.1 – O Terceiro exercício económico de um mandato de quatro anos

O actual Executivo iniciou funções em 02.11.2005 e fê-lo com o objectivo de cumprir o seu programa de acção no decorrer dos quatro anos do mandato para que foi eleito.

O terceiro exercício (2008) ficou marcado pela definição de um plano estratégico de investimentos que hão-de dar um contributo decisivo para a melhoria das condições de vida dos residentes neste Concelho no futuro de médio longo prazo.

No âmbito da despesa corrente prevista para o exercício de 2008, o Executivo deu continuidade ao cumprimento das suas linhas programáticas em curso e ao Plano de Actividades aprovado, dentro das limitações impostas pelo orçamento financeiro.

O Executivo, não obstante as suas preocupações na contenção da despesa corrente global, não deixou de dar a resposta adequada às responsabilidades que o Município tem na prestação de vários serviços às populações, tendo mesmo aumentado o esforço financeiro em algumas áreas como é o caso da educação escolar e do apoio social a famílias e a pessoas carenciadas.

No que se refere à realização concreta da despesa de capital e da sua programação futura, o ano económico de 2008 pode considerar-se decisivo. Decisivo, porque foi aprovado um plano de obras de carácter infraestruturante, as quais, indiscutivelmente, hão-de mudar a face do Concelho e trazer aumentos significativos na qualidade de vida das populações residentes. Este plano de investimentos, plurianual e diversificado, foi apresentado e contratualizado com a Entidade que gere o Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN, objectivando a obtenção de apoio estatal, sem o qual a sua concretização se mostra inviável. É um plano ambicioso de realizações estratégicas de natureza múltipla, mas todas de grande relevância social e económica para o Concelho. Uma dessas obras, a casa da cultura de Mira de Aire, teve início em 2008 e as restantes obras terão lugar no próximo e nos próximos anos, como é o caso do Saneamento, do Reforço e Ampliação da Rede de Águas, do Ambiente e da Ampliação do Parque Industrial de Porto de Mós.

Este exercício fica ainda marcado pelo início dos efeitos da recessão económica e financeira com origem externa. Numa realidade globalizada, o Concelho não ficou, nem podia ficar, imune a essas consequências e as mesmas já tiveram repercussão significativa nos resultados do ano 2008. O balanço do exercício revela uma baixa significativa na receita relativa a impostos directos e indirectos e muito mais relevante seria essa baixa se não tivesse havido a reposição da “Derrama” em 2008, cuja receita se contabilizou em cerca de 258.000,00€.

3.2 – Objectivos Genéricos

Os objectivos traçados para este ano foram, de um modo geral, atingidos. O desenvolvimento integrado e sustentado foi, desde a sua tomada de posse, uma estratégia de actuação deste Executivo e esse propósito foi continuado em 2008. As grandes orientações do Executivo desde o início do seu mandato passavam, entre outras, pela contenção da despesa corrente; pelo aumento do investimento, em quantidade e em qualidade; pelo rigor e transparência das contas e da actividade Municipal. A gestão cuidada dos múltiplos assuntos com que o Executivo se viu confrontado ao longo do



exercício, levou a um resultado inegavelmente positivo na sua globalidade e revelador de que os objectivos foram, mais uma vez, atingidos.

3.3 – Alguns Indicadores de Desempenho

3.3.1 - Despesa de Investimento

O investimento voltou a subir em 2008, tendo aumentado em 36,4% face a 2007. Se considerarmos o investimento realizado no último ano do mandato anterior, essa percentagem de aumento sobe para 57,46%.

Este investimento incidiu em todas as áreas que decisivamente concorrem para o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e integrado que pretendemos para o Concelho. Referimos a seguir apenas as realizações efectuadas no exercício de 2008 e que, a nosso ver, assumem especial relevância no contexto do desenvolvimento que pretendemos.

Na indústria, concluiu-se a construção da 2ª Fase do Parque Industrial de Porto de Mós e concluiu-se o projecto relativo à 3ª Fase neste Parque. Continuaram a desenvolver-se apoios e contactos com vista à instalação de empresas nesta Área de Localização Empresarial, bem como nas Áreas situadas em Mira de Aire e em Juncal.

Na área da Cultura, deu-se início à construção da Casa da Cultura de Mira e na área do desporto teve avanço muito significativo o Pavilhão Desportivo no Juncal.

Na educação escolar deu-se início à construção dos pólos escolares de São Bento e de Serro Ventoso e concedeu-se apoio financeiro muito significativo à construção da creche e jardim-de-infância das Pedreiras.

Na área do apoio social, destaca-se o esforço despendido na fixação de um centro da CERCILEI em Porto de Mós. Para além disso o Município cedeu à CERCILEI o terreno e concedeu-lhe apoio financeiro muito significativo.

Na requalificação urbana destacam-se as obras na Praça Arménio Marques e na Praça da República, em Porto de Mós. Para além disso construíram-se muitas outras obras na área da requalificação, como passeios e alcatroamentos, que consideramos de grande importância para a mobilidade e segurança dos utentes.

O Saneamento e o Reforço e Ampliação da Rede de Águas, foram também áreas muito contempladas com verbas significativas no âmbito do orçamento de 2008.

As comunicações e acessibilidades não foram esquecidas, tendo sido efectuados grandes melhoramentos em várias vias de acesso. Nesta área ressalta a obra de alcatroamento da estrada que liga as povoações de Portela do vale de Espinho, Arrimal e Casais do Chão.

3.3.2 – Despesa Corrente

- A contenção e racionalização da despesa corrente foram igualmente outra preocupação no ano em apreciação de 2008.
- A despesa corrente global em 2008 desceu 5,93% (608.865 €), face ao ano anterior. Se compararmos o valor da despesa corrente registada em 2008 com a registada em 2005 verificamos que ela é ainda inferior em cerca de 3,5%, não obstante terem decorrido três anos.
- O valor do rácio Despesa Corrente vs Despesa Total fixou-se em 2008 em 63,96%.



- O esforço empreendido pelo Executivo da Autarquia na contenção da despesa corrente não pode ser hoje, e provavelmente no futuro, apenas medido pelo peso percentual da Despesa Corrente no peso da Despesa Total. A constante transferência de competências da Administração Central para as Autarquias, no âmbito das despesas correntes, sem a total contrapartida na receita, recomenda que sejam considerados, cada vez mais, outros parâmetros de avaliação, como por exemplo a diferença entre receita corrente e a despesa corrente efectuada. Essa diferença significa o esforço empreendido em orientar para investimento duradouro parte do valor recebido com vista a gastos imediatos. Tal valor foi contabilizado em 2008 resultou numa diferença positiva no montante de 1.872.721,87 €. O desempenho da gestão corrente neste domínio deverá, assim, ser analisado em função de vários indicadores muito por força de factores externos ao Município.

3.3.3 – Controlo e Execução Orçamental

3.3.3.1 – Modificações Orçamentais

O rigor e a disciplina orçamental foram preocupações presentes nas decisões tomadas em 2008. Esse facto pode ser comprovado pelo número de modificações orçamentais ocorridas que voltou a descer em 2008, face a 2007.

3.3.3.2 – Desvios Orçamentais

Contudo, não houve significativa melhoria nos níveis de controlo orçamental, relativamente a desvios comparativamente a exercícios anteriores. Aliás, este objectivo torna-se cada vez mais difícil de atingir. A dinâmica própria de uma gestão moderna de um modo geral, e em particular de uma Autarquia, conduz a adaptações constantes e muitas delas totalmente inesperadas. Para além disso há a necessidade de responder pontualmente e de forma agilizada com medidas que visam ultrapassar constrangimentos internos e externos, as quais justificam desvios ao orçamento inicial em valor superior ao que era desejável.

3.4 – Análise Sintética da Situação Económica e Financeira

3.4.1 – Demonstração de Resultados

- O Activo Líquido subiu para 38.993.700,61€, registando uma subida percentual de 12,59 % face a 2007 e 21,62 % comparativamente com 2005.
- Os Fundos Próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em 27.138.420,13€, traduzindo uma subida de 6,84 % em relação a 2007 e de 25,60% face a 2005.
- O Passivo Total neste exercício fixou-se em 11.855.280,48€, o que reflecte uma variação de 28,40 % face a 2007 e de 13,38 % em comparação com 2005.



- Nos Resultados Líquidos houve uma pequena variação negativa relativamente a 2007 no valor de 72.401,94 € e uma variação positiva face ao ano 2005 no valor de 1.706.927, 71 €.

4 – Relatório de Gestão

4.1 – Objectivos do Relatório de Gestão

O presente relatório, traça as linhas de orientação e síntese da actividade desenvolvida e tem por objectivo:

- a) Apresentar a situação económica relativa ao exercício analisando os níveis de execução conseguidos nos domínios das receitas e das despesas, bem como a evolução da gestão nos diversos sectores de actividade, designadamente no que diz respeito ao investimento;
- b) Analisar a situação financeira da Autarquia Local com a apresentação de indicadores de gestão apropriados;
- c) Analisar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de e a terceiros nos últimos três anos;
- d) Apresentar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício;

4.2 – Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2008 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 29/11/2007 e da Assembleia Municipal em 19/12/2007.

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa.

4.2.1 – Controlo Orçamental

4.2.1.1 - Modificações Orçamentais

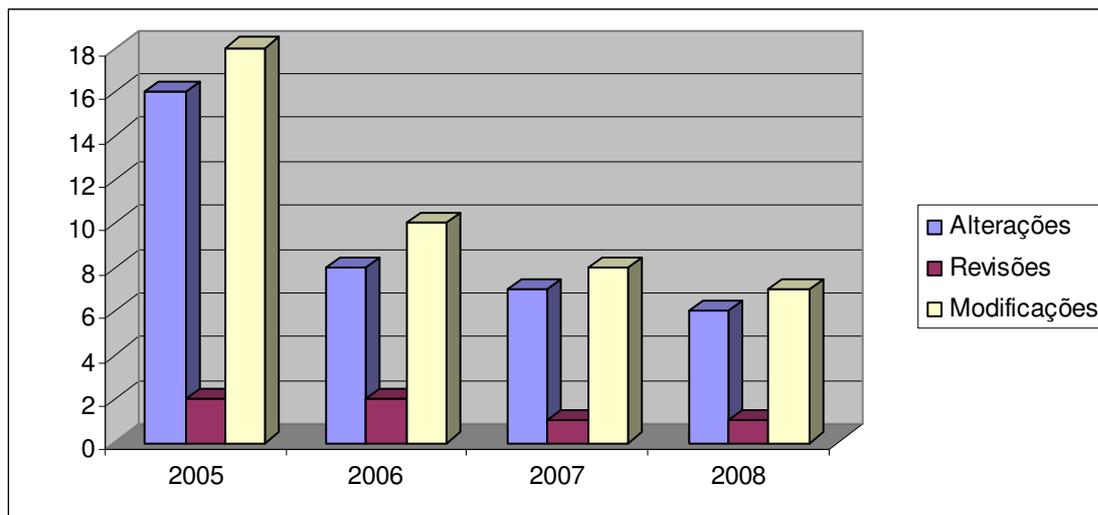
Durante o ano 2008 efectuaram-se 7 Modificações Orçamentais, sendo 6 alterações e 1 revisão. As Modificações Orçamentais são constituídas por alterações e revisões.

As alterações efectuadas destinaram-se ao reforço de dotações das GOP`s e do Orçamento de Despesa.

A revisão efectuada destinou-se à inclusão do Saldo da Gerência Anterior de 2007.

O quadro e gráfico seguintes revelam a evolução das modificações orçamentais.

Anos	Alterações		Revisões	Modificações
	Orçamento	PPI		
2005	16		2	18
2006	8		2	10
2007	7		1	8
2008	6		1	7



A redução verificada no número de modificações orçamentais, face aos exercícios anteriores, revela um esforço significativo, por parte do Executivo, em respeitar o orçamento inicialmente aprovado pela Assembleia Municipal e reveste-se de grande importância porque reflecte, de alguma forma, a preocupação de racionalizar e disciplinar a utilização das verbas previstas.

4.2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

4.2.2.1 – Exercício de 2008 vs Orçamento de 2008

A comparação entre o Orçamento Inicial, o Orçamento corrigido ou Final e o Orçamento Executado, permite conhecer os desvios aos valores previstos e as variações ocorridas.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, e bem assim a taxa de execução dos vários tipos de receita e da despesa. Em termos totais a taxa de execução da receita fixou-se em 63,09 %, Enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 63,00%.

Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita são valores efectivamente recebidas.



Un.:Euros

2008					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
Receita:					
- Corrente	14.200.537,00	14.200.537,00	11.526.438,14	- 2.674.098,86	81,17%
- Capital	9.586.442,00	9.576.442,00	3.418.047,16	- 6.158.394,84	35,69%
- Out Receitas		179.790,91	170.258,09	-9.532,82	94,70%
Total	23.786.979,00	23.956.769,91	15.114.743,39	- 8.842.026,52	63,09%
Despesa:					
- Corrente	11.694.069,00	12.180.913,32	9.653.716,27	- 2.527.197,05	79,25%
- Capital	12.092.910,00	11.775.856,59	5.439.902,64	- 6.335.953,95	46,20%
Total	23.786.979,00	23.956.769,91	15.093.618,91	- 8.863.151,00	63,00%

4.2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no triénio de 2006 / 2008

O quadro seguinte reflecte a evolução das taxas de execução do Orçamento nos últimos 3 anos.

Un.: Euros

Taxas de Execução			
Designação	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
Receita:			
-Corrente	89,11%	88,10%	81,17%
-Capital	55,66%	55,99%	35,69%
-Outras Receitas	100,02%	99,46%	94,70%
Totais	78,36%	77,46%	63,09%
Despesa:			
-Corrente	82,56%	86,22%	79,25%
-Capital	70,18%	61,13%	46,20%
Totais	78,26%	76,58%	63,00%

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, nomeadamente ao nível das receitas correntes que atingiram 11.526.438,14 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 81,17 %. As receitas de capital registaram um desempenho menos positivo tendo-se cobrado 3.418.047,16 euros, representando uma taxa de execução de 35,69%.

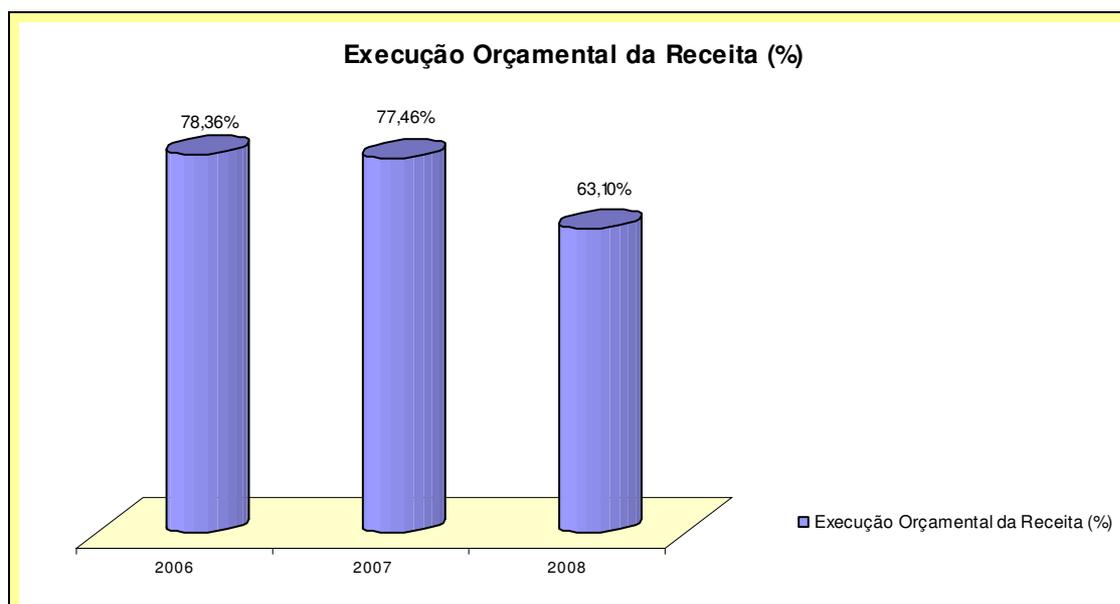


Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as despesas correntes tiveram um nível de execução de 79,25%, enquanto que as despesas de capital apresentaram uma taxa de execução de 46,20%.

4.2.2.3 – Execução Orçamental da Receita

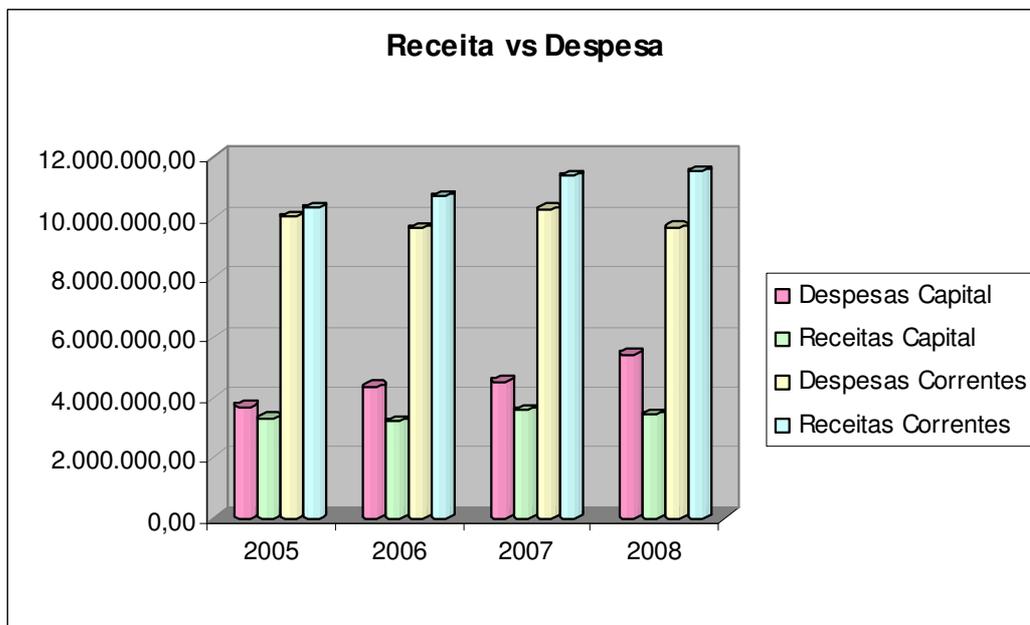
A estrutura e execução da receita do ano 2008, encontram-se representadas no quadro abaixo.

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas Brutas	Grau Exec. Receita (%)
Impostos directos	2.995.901,00 €	2.594.915,27 €	86,62%
Impostos indirectos	219.533,00 €	197.149,12 €	89,80%
Taxas, multas e outras penalidades	291.131,00 €	298.585,08 €	102,56%
Rendimentos da propriedade	1.357.050,00 €	907.574,91 €	66,88%
Transferências correntes	5.548.872,00 €	5.118.092,63 €	92,24%
Venda de bens e serviços correntes	3.732.050,00 €	2.388.541,62 €	64,00%
Outras receitas correntes	56.000,00 €	21.579,51 €	38,53%
Venda de bens de investimento	2.004.000,00 €	139.951,01 €	6,98%
Transferências de capital	7.101.833,00 €	2.858.114,05 €	40,24%
Activos Financeiros	50,00 €	- €	0,00%
Passivos financeiros	440.609,00 €	347.428,41 €	78,85%
Outras Receita de Capital	29.950,00€	72.553,69€	242,25%



4.2.3 – Evolução da Receita e da Despesa

O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura, e respectiva evolução, da receita e da despesa no período de 2005 a 2008.

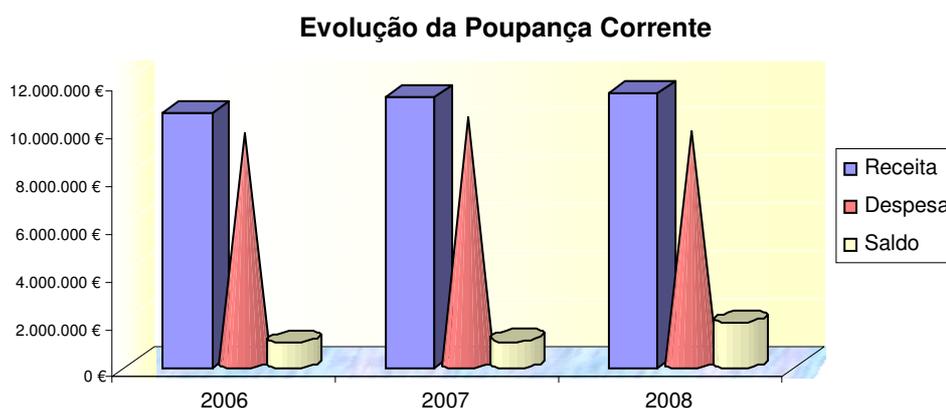


O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, resultando numa evolução contínua e sustentada das contas nos últimos quatro anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes, traduzindo uma situação favorável.

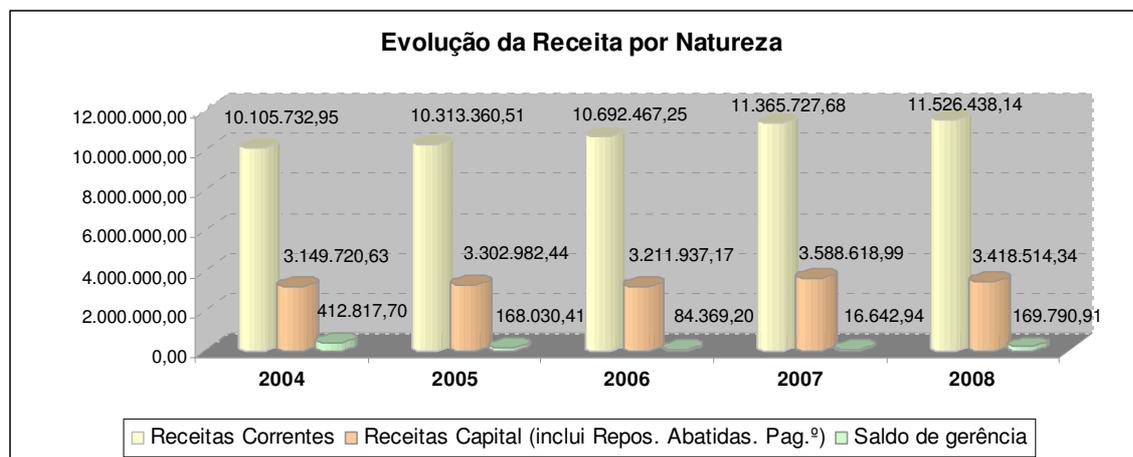
Da execução orçamental resultou uma poupança corrente efectiva de 1.872.721.87 euros, valor destinado a financiar 34,43% das despesas de capital.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de poupança ao longo do triénio de 2006 / 2008



**4.2.3.1 – Evolução da Receita por natureza****Quadro**

DESIGNAÇÃO	2006	2007	Variação 06/07	2008	Variação 07 / 08
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS		RECEITAS COBRADAS BRUTAS	
Impostos directos	2.615.509 €	2.617.453 €	1.944 €	2.594.915 €	- 22.538 €
Impostos indirectos	225.901 €	214.696 €	- 11.204 €	197.149 €	- 17.547 €
Taxas, multas e outras penalidades	295.356 €	325.092 €	29.736 €	298.585 €	- 26.507 €
Rendimentos da propriedade	828.065 €	816.215 €	- 11.850 €	907.575 €	91.360 €
Transferências correntes	4.486.794 €	5.097.821 €	611.026 €	5.118.093 €	20.272 €
Venda de bens e serviços correntes	2.226.868 €	2.275.547 €	48.679 €	2.388.542 €	112.994 €
Outras receitas correntes	13.974 €	18.903 €	4.929 €	21.580 €	2.677 €
Venda de bens de investimento	56.693 €	268.022 €	211.329 €	139.951 €	- 128.071 €
Transferências de capital	2.914.324 €	2.842.103 €	- 72.221 €	2.858.114 €	16.011 €
Activos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos financeiros	239.907 €	477.590 €	237.683 €	347.428 €	- 130.162 €
Outras receitas de capital	- €	- €	- €	72.554 €	72.554 €
Reposições não abatidas nos pag ^a .	1.014 €	905 €	- 109 €	467 €	- 438 €
Saldo da gerência anterior	84.369 €	16.643 €	- 67.726 €	169.791 €	153.148 €
Total Geral	13.988.774 €	14.970.990 €	982.216 €	15.114.743 €	143.754 €





4.2.3.1.1 – Evolução da Receita Corrente

	2006	2007	2008
DESIGNAÇÃO	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Impostos directos	2.615.509 €	2.617.453 €	2.594.915 €
Impostos indirectos	225.901 €	214.696 €	197.149 €
Taxas, multas e outras penalidades	295.356 €	325.092 €	298.585 €
Rendimentos da propriedade	828.065 €	816.215 €	907.575 €
Transferências correntes	4.486.794 €	5.097.821 €	5.118.093 €
Venda de bens e serviços correntes	2.226.868 €	2.275.547 €	2.388.542 €
Outras receitas correntes	13.974 €	18.903 €	21.580 €
Receita Corrente (Total)	10.692.467€	11.365.727€	11.526.439€

As receitas correntes atingiram em 2008, o montante de 11.526.438.14 euros e foram alimentadas sobretudo pelos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas Imóveis (I.M.T.)), pelo Orçamento de Estado (FGM, FCM e FBM) e pela Venda de Bens e Serviços Correntes.

4.2.3.1.2 – Evolução da Receita de Capital

	2006	2007	2008
DESIGNAÇÃO	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Venda de bens de investimento	56.693 €	268.022 €	139.951 €
Transferências de capital	2.914.324 €	2.842.103 €	2.858.114 €
Activos financeiros	- €	- €	- €
Passivos financeiros	239.907 €	477.590 €	347.428 €
Outras receitas de capital	- €	- €	72.554 €
Receita Capital (Total)	3.210.924€	3.587.715€	3.418.047€

No que se refere a Receita de Capital, e concretamente às “*Transferências de Capital*”, as taxas de execução cifraram-se em valores bastante abaixo do que estava previsto e do que era desejável, essencialmente por duas razões:

a) A Administração Central não transferiu para o Município até final de 2008 a maior parte das verbas para as obras co-financiadas e realizadas no ano. O quadro seguinte mostra os apoios aprovados, justificados e não recebidos:



Un.: Euros

Designação do Projecto	Programa	Financiamento não Recebido a 31-12-2008
Revitalização Centro Histórico	Piter	8.708,96
Requal. Arrelv. Campo Sintético de P. Mós	Contrato Programa	69.334,56
Const. Pavilhão Polidesportivo do Juncal	Prog.Op. do Centro	80.923,26
Requal.Praça Arménio Marques	Prime	22.673,47
Requal.Praça Arménio Marques	Leader	115.875,89
Recup. Praça da República - P. Mós	Leader	27.187,52
Recup.Percursos da Via Sacra - P. Mós	Leader	42.591,17
Pavim.Estrada Portela Vale Espinho	Agris	198.312,19
Total		565.607,02

b) – A segunda razão é que se desenvolveram projectos e se iniciaram obras em 2008 previsivelmente apoiadas pelo programa QREN. Por razões diversas, este programa de ajudas financeiras sofreu atrasos significativos na apreciação e validação de candidaturas, o que provocou adiamento quanto ao recebimento dos respectivos, como é o caso, flagrante, da obra em curso “Casa da Cultura de Mira de Aire”.

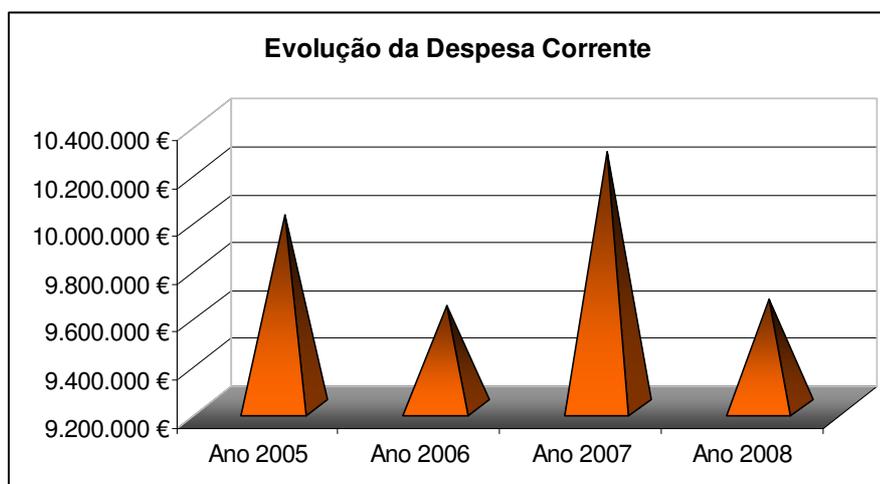
4.2.3.2 - Evolução da Despesa por Natureza

4.2.3.2.1 – Evolução da Despesa Corrente

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no quadriénio de 2005 / 2008. Este tipo de despesa registou uma redução de 608.865 € (-5,93%) face a 2007.

Pode ainda verificar-se que a despesa corrente se manteve num valor inferior ao registado em 31.12.2005, não obstante terem decorrido 3 anos.

Despesa Corrente - Capítulos	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
01 - Pessoal	3.905.584 €	3.863.324 €	3.823.194 €	3.811.518 €
02 - Aquisição Bens /Serviços	4.556.156 €	4.622.608 €	5.325.615 €	4.798.238 €
03 - Juros e Outros	52.799 €	59.442 €	89.726 €	127.210 €
04 - Transf. Correntes	1.318.844 €	923.590 €	828.067 €	816.019 €
05 - Subsídios				
06 - Outras Desp. Correntes	170.050 €	152.248 €	195.979 €	100.732 €
Totais	10.003.433 €	9.621.212 €	10.262.581 €	9.653.716 €



A evolução registada na despesa corrente reflecte a preocupação séria que este executivo tem tido na sua realização. No entanto, existem despesas correntes em que é muito difícil, ou mesmo impossível, a sua redução, como é o caso dos serviços básicos prestados pelo Município, nos domínios da educação escolar, da água, do saneamento e da recolha e tratamento dos RSU's.

Nota: – Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e sua evolução

Fornecedores	Tipo de Serviço ou Produto	Valor Pago (Euros)		
		2006	2007	2008
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	615.056,18 €	686.348,18 €	568.001,59 €
EDP Universal, Sa	Electricidade	785.360,52 €	797.516,71 €	863.725,96 €
Valorlis, Sa	Tratamento RSUs	219.048,70 €	306.839,95 €	253.202,76 €
Simlis, Sa	Trat. Efluentes Urbanos	328.300,67 €	372.932,44 €	261.107,83 €
Repsol SA	Forn.to Combústivel	166.042,49 €	180.161,14 €	184.086,94 €
Ass.D.Portomosense	Refeições, transp. Escolares e ATLS	205.429,83 €	370.340,63 €	273.645,80 €
Rodoviária do Tejo	Transporte de Alunos	190.988,89 €	278.676,99 €	204.294,49 €
Águas do Lena	Fornecimento de Água	86.657,87 €	43.170,25 €	36.929,05 €
EPAL	Fornecimento de Água	189.744,44 €	244.150,79 €	213.985,76 €
C.T.T.	Serviços e Cob. Água	46.525,02 €	51.937,73 €	54.040,51 €
Total		2.833.154,61 €	3.332.018,05 €	2.912.970,72 €

4.2.3.2.2 – Evolução da Despesa de Capital

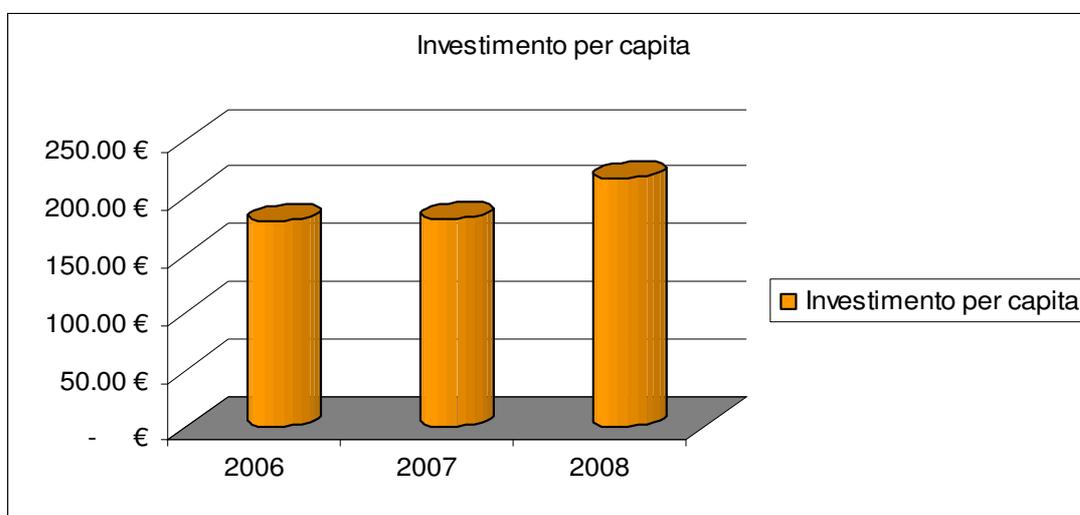
O aumento constante do investimento ao longo dos últimos três anos é o resultado concreto de um dos objectivos do Executivo Municipal desde a sua tomada de posse.

O quadro e o gráfico seguintes ilustram inequivocamente o esforço dispendido na busca da meta pretendida.

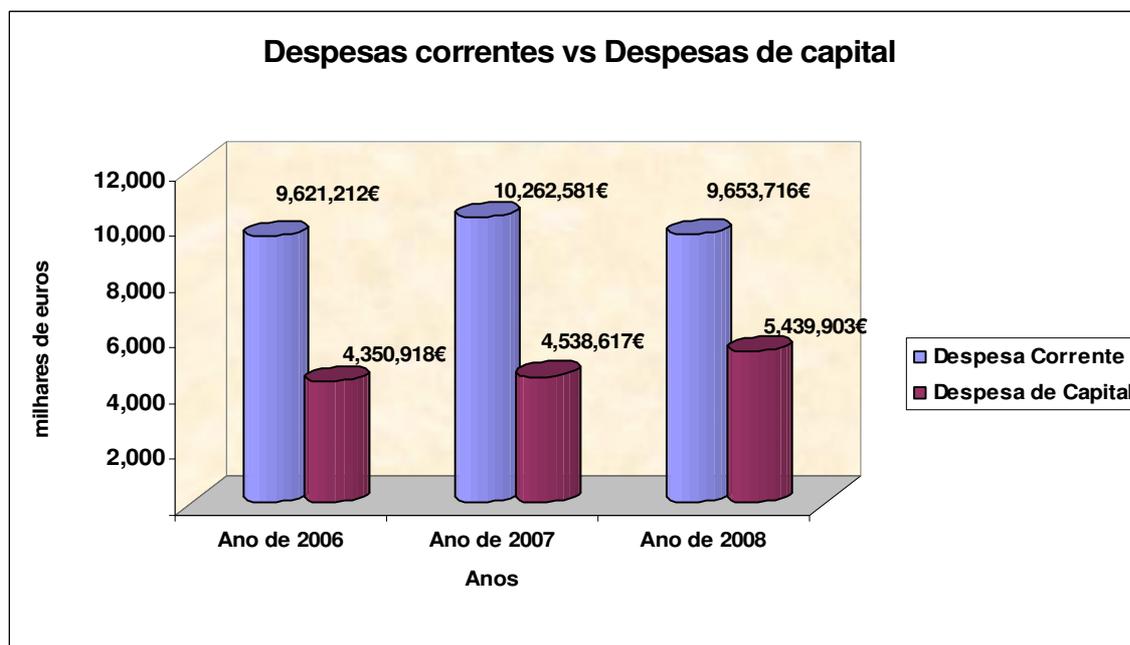


4.2.3.2.2.1 – Investimento por Residente

Exercícios Económicos	Montante Executado	Nº de habitantes	Investimento Por Residente
2006	4.350.918,17 €	24.271	179,26 €
2007	4.538.617,46 €	25.089	180,90 €
2008	5.439.902,64 €	25.089	216,82 €



4.2.3.2.2.2 – Despesas de Capital Vs Despesas Correntes





4.3 – Recursos Humanos

4.3.1 – Efectivos

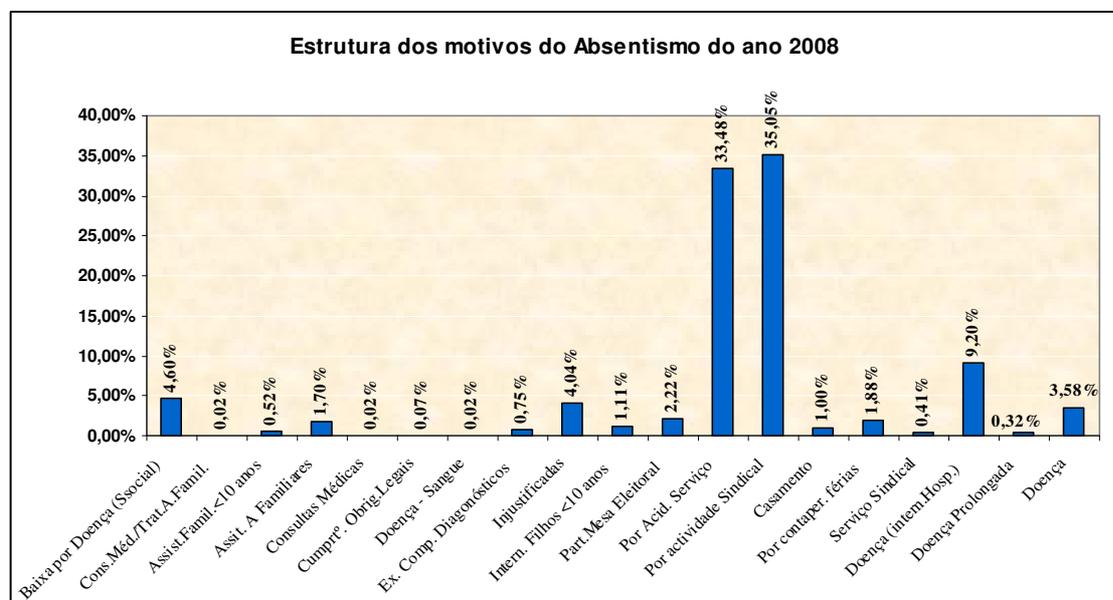
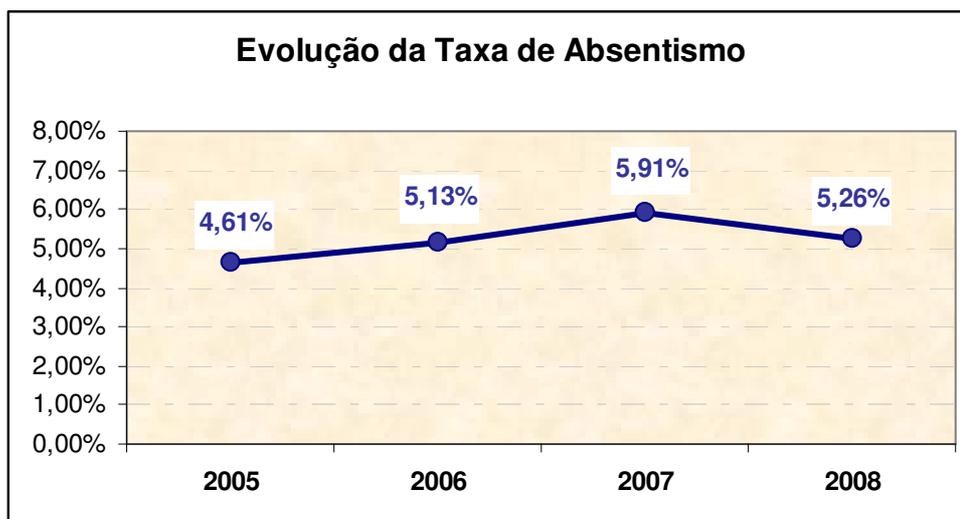
O número médio de funcionários ao serviço de Município no exercício de 2008 foi de 299,33. Este valor é o resultado de uma redução contínua de efectivos desde 31.12.2005, altura em que havia 339,42 funcionários (média ano) ao serviço da Autarquia.

4.3.2 – Evolução do Absentismo

O absentismo registou uma evolução ligeiramente positiva em relação ao exercício transacto, mas mantém-se em valores muito altos, muito por efeito de alguns casos registados de doença prolongada e da permissiva legislação laboral em vigor.

O quadro seguinte evidencia a evolução dos valores registados e as suas causas.

ABSENTISMO											
Tipos de Faltas	2005		2006			2007			2008		
	Nº. Dias	% de faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. faltas 05	Nº. Dias	% de Faltas	Var. faltas 06	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 07
Bx. por Doença (Ssocial)	157	1,61%	91	0,87%	-66	126	1,16%	35	203	4,60%	77
Cons.Méd./Trat.A.Famil.	0	0,00%	3	0,03%	3	1	0,01%	-2	1	0,02%	0
Assist.Famil.<10 anos	60	0,62%	46	0,44%	-14	97	0,89%	51	0	0,00%	-97
Assit. A Familiares	64	0,66%	3	0,03%	-61	31	0,28%	28	23	0,52%	-8
Consultas Médicas	0	0,00%	2	0,02%	2	3	0,03%	1	75	1,70%	72
Cumpmtº. Obrig.Legais	0	0,00%	0	0,00%	0	2	0,02%	2	1	0,02%	-1
Doença - Sangue	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0	3	0,07%	3
Ex. Comp. Diagonósticos	1	0,01%	0	0,00%	-1	1	0,01%	1	0	0,00%	-1
Injustificadas	1	0,01%	1	0,01%	0	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Intern. Filhos <10 anos	51	0,52%	2	0,02%	-49	1	0,01%	-1	0	0,00%	-1
Part.Mesa Eleitoral	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1	0	0,00%	-1
Por Acid. Serviço	0	0,00%	0	0,00%	0	28	0,26%	28	0	0,00%	-28
Por actividade Sindical	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0	1	0,02%	1
Casamento	26	0,27%	11	0,11%	-15	37	0,34%	26	33	0,75%	-4
Por contaper. férias	179	1,83%	167	1,59%	-12	184	1,69%	17	178	4,04%	-6
Serviço Sindical	53	0,54%	48	0,46%	-5	48	0,44%	0	49	1,11%	1
Doença (intern.Hosp.)	99	1,01%	79	0,75%	-20	29	0,27%	-50	98	2,22%	69
Doença Prolongada	0	0,00%	1.196	11,42%	1.196	2.314	21,26%	1118	1.477	33,48%	-837
Doença	2.074	21,26%	1.737	16,58%	-337	1.498	13,76%	-239	1.546	35,05%	48
Exs Povos de Avaliação	179	1,83%	112	1,07%	-67	92	0,85%	-20	44	1,00%	-48
Falecimento Familiar	58	0,59%	68	0,65%	10	62	0,57%	-6	83	1,88%	21
Greve	8	0,08%	15	0,14%	7	20	0,18%	5	18	0,41%	-2
Maternidade ADSE)	835	8,56%	545	5,20%	-290	87	0,80%	-458	406	9,20%	319
Nascimento	4	0,04%	6	0,06%	2	2	0,02%	-4	0	0,00%	-2
Trat.Ambul.Cons.Exes	0	0,00%	0	0,00%	0	3	0,03%	3	14	0,32%	11
Licença Parental	15	0,15%	15	0,14%	0	30	0,28%	15	0	0,00%	-30
Maternidade (Ssocial)	0	0,00%	151	1,44%	151	260	2,39%	109	158	3,58%	-102
Sub Total , sem férias	3.865	4,61%	4.298	5,13%	433	4.957	5,91%	659	4.411	5,26%	-546
Férias ano anterior	73	0,75%	20	0,19%	-53	14	0,13%	-6	0	0,00%	-14
Férias complementares	25	0,26%	0	0,00%	-25	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Férias contratados	805	8,25%	801	7,65%	-4	717	6,59%	-84	0	0,00%	-717
Férias	4.988	51,13%	5.355	51,13%	367	5.196	47,74%	-159	4.970	52,98%	-226
Totais, inc. férias	9.756	10,27%	10.474	11,96%	718	10.884	12,91%	410	9.381	11,19%	-1.503
T.Func. Média/Ano (a)	339,42		312,67			301,16			299,33		



4.3.3. – Despesas com o Pessoal

As despesas com o pessoal têm sido objecto de muita atenção por parte do Executivo Municipal não só porque são objecto de grande preocupação e controlo por parte da Administração Central, mas também, e sobretudo, porque tem havido uma atenção especial do Executivo admitir custos desta natureza apenas em casos devidamente justificados.

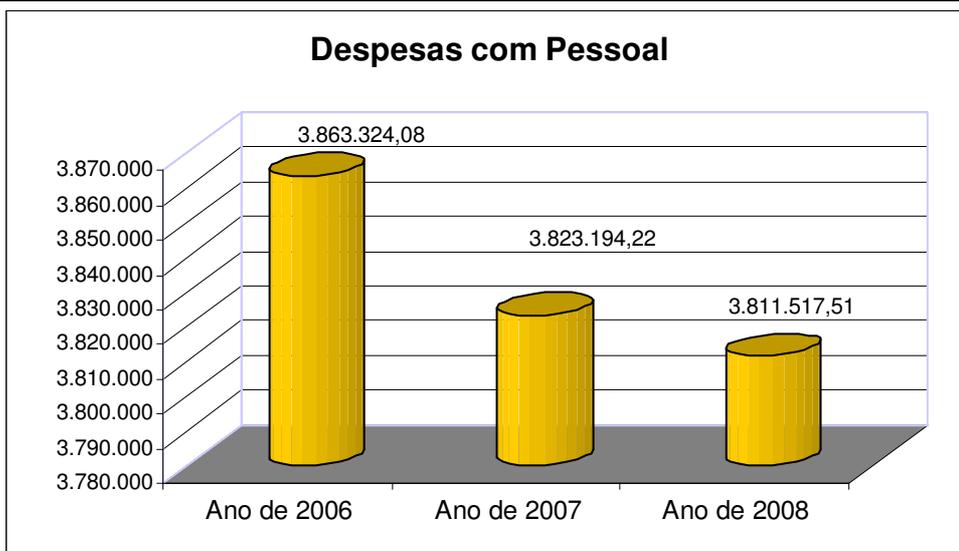
O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2006 / 2008, durante o qual se verificou uma certa estabilidade no valor global da massa salarial anual, com tendência para a descida.



Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2006/2008.

Resumo dos Encargos com o Pessoal

		2006	2007	2008
0101	Assembleia Municipal			
01	Despesas com pessoal	14.434,35 €	13.105,82 €	17.328,46 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	14.323,78 €	12.988,75 €	17.211,39 €
010203	Alimentação e alojamento	0,00 €	0,00 €	
010204	Ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	
010213	Outros suplementos e prémios	14.323,78 €	12.988,75 €	17.211,39 €
0103	Segurança social	110,57 €	117,07 €	117,07 €
010309	Seguros	110,57 €	117,07 €	117,07 €
0102	Câmara Municipal			
01	Despesas com pessoal	3.848.889,73 €	3.810.088,40 €	3.794.189,05 €
0101	Remun.certas e permanentes	3.096.042,78 €	3.063.739,15 €	3.097.875,55 €
010101	Tit.órg.sob. e memb. Órg.autárq.	116.932,62 €	118.727,62 €	123.482,80 €
010103	Pes. quadros-Reg. F. pública	1.816.475,26 €	1.811.440,14 €	1.813.602,57 €
010106	Pessoal contratado a termo	257.033,85 €	284.085,10 €	305.759,01 €
010107	Pes. em regime de tarefa ou avença	67.358,58 €	52.885,79 €	46.054,44 €
010108	Pessoal aguardando aposentação	343,88 €	2.807,43 €	10.584,51 €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	73.007,43 €	35.901,38 €	24.881,19 €
01010901	Estágios Profissionais	20.259,75 €		
01010902	Outros	52.747,68 €		
010111	Representação	30.277,56 €	30.277,56 €	30.714,56 €
010113	Subsidio de refeição	253.864,79 €	249.318,78 €	250.785,06 €
01011301	Pessoal dos quadros	183.761,02 €	182.354,12 €	182.602,34 €
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	66.236,48 €	62.934,66 €	64.085,05 €
01011303	Membros dos órgãos autarquicos	3.867,29 €	4.030,00 €	4.097,67 €
010114	Subsídio de férias e de Natal	401.267,27 €	392.909,67 €	418.886,62 €
01011401	Pessoal dos quadros	324.137,82 €	325.066,59 €	339.558,91 €
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	58.835,41 €	49.272,70 €	58.635,55 €
01011403	Membros dos órgãos autarquicos	18.294,04 €	18.570,38 €	20.692,16 €
010115	Remun.doença e mat./ paternidade	79.481,54 €	85.385,68 €	73.124,79 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	108.789,99 €	80.450,51 €	87.379,53 €
010202	Horas extraordinárias	68.507,41 €	60.886,19 €	64.292,52 €
010204	Ajudas de custo	2.553,23 €	3.410,47 €	2.384,58 €
010205	Abono para falhas	1.429,32 €	1.387,08 €	1.437,72 €
010206	Formação	2.219,77 €	2.184,27 €	725,40 €
010211	Subsídio de turno	7.210,16 €	6.788,06 €	5.070,05 €
010212	Indemniz.por cessação de funções	22.437,90 €	1.175,00 €	9.155,64 €
010213	Outros suplementos e prémios	4.432,20 €	4.619,44 €	4.313,62 €
0103	Segurança social	644.056,96 €	665.898,74 €	608.933,97 €
010301	Encargos com a saúde	135.342,04 €	125.409,38 €	60.511,53 €
010302	Outros encargos com a saúde	45.622,11 €	51.904,20 €	44.658,72 €
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	28.598,46 €	30.506,12 €	31.252,47 €
010304	Outras prestações familiares	5.335,56 €	6.423,00 €	6.858,36 €
010305	Contribuições para a segurança social	386.407,62 €	421.404,96 €	432.581,13 €
01030502	Seg.social dos funcionários públicos	297.087,14 €	342.460,51 €	341.477,17 €
01030503	Segurança social-Regime geral	89.320,48 €	78.944,45 €	91.103,96 €
010309	Seguros	42.751,17 €	30.251,08 €	33.071,76 €
	Total das Despesas com o Pessoal	3.863.324,08 €	3.823.194,22 €	3.811.517,51 €



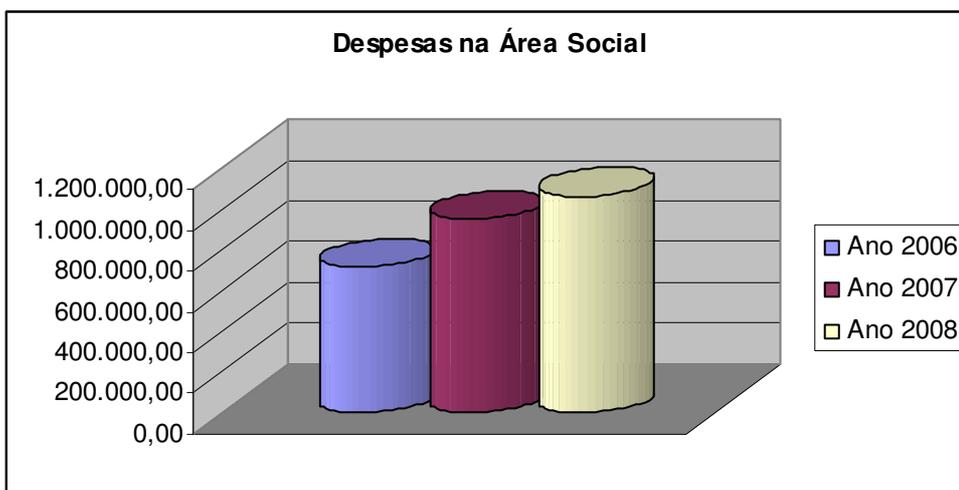
4.4 – Apoio Social

4.4.1 – Evolução dos Encargos com o Apoio Social

Os serviços prestados pelo Município de natureza social, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada maior no conjunto das despesas correntes.

Todavia, nem todos os apoios prestados pelo Executivo a carenciados residentes no Concelho, têm expressão contabilística específica e, portanto, não fazem parte dos números apresentados nesta rubrica. Ainda assim, a verba dispendida pelo Município para fins sociais teve uma evolução crescente muito significativa no triénio que terminou em 2008.

Vejam os gráfico seguinte:



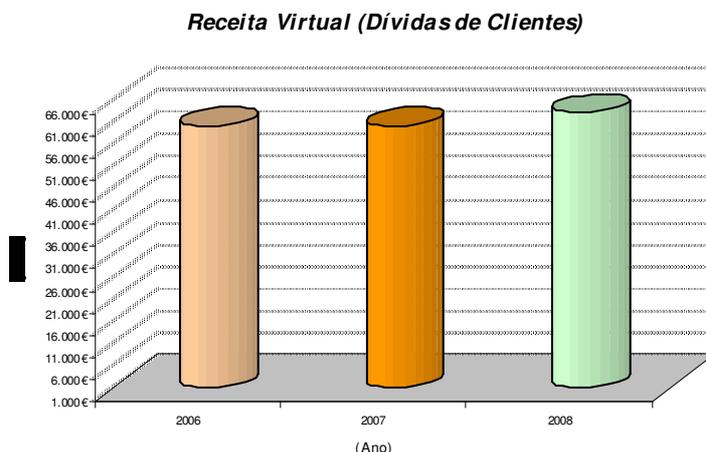
5 – Análise da Dívida

5.1 – Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

5.1.1 - Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2006 / 2008

O Município presta serviços à população, nomeadamente o abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, pelo qual cobra um preço, estabelecido pelo Executivo Camarário. O pagamento desses serviços foi efectuado com uma periodicidade bimensal. No entanto, alguns “clientes” / Municípios não cumprem os prazos estabelecidos para o seu pagamento, pelo que o montante da dívida relativa a tais serviços ascendia a 63.133,45 € em 31.12.2008, tendo sofrido um aumento relativamente ao ano 2007 de 4,89%.

O gráfico seguinte mostra a evolução dessa dívida.



5.1.2 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2006 / 2008

5.1.2.1 – Estrutura da Dívida





5.2. – Evolução da Dívida no Triénio 2006 / 2008

5.2.1 – Evolução da Dívida a Terceiros

Registou-se um aumento do passivo de longo prazo (empréstimos) em 6%. Este aumento deve-se à utilização de parte dos dois últimos empréstimos contraídos.

Un.: Euros

Natureza da Dívida	31-Dez-06	31-Dez-07	31-Dez-08
Dívida Financeira	2.448.785,10	2.760.054,13	2.926.699,05
Empréstimos de ML Prazo	2.448.785,10	2.760.054,13	2.926.699,05
Dívida Operacional	1.966.533,86	1.371.412,31	3.739.003,56
Leasing			174.231,10
Dívida CP Fornecedores/Outros	1.591.864,42	985.798,43	3.131.625,47
Op. de Tesouraria (cob. p/ terceiros)	374.669,44	385.613,88	433.146,99
Total Passivo	4.415.318,96	4.131.466,44	6.665.702,61

Notas:

1. O aumento da dívida de ML prazo está directamente relacionado com o empréstimo contraído para pagamento de parte das obras de 2005.
2. O aumento da dívida de CP a fornecedores e outros resulta de parte da dívida das obras de 2005 e do atraso imprevisto na obtenção dos apoios do estado para obras realizadas e candidatas, conforme se refere na página 20 deste Relatório.
3. Operações de tesouraria incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e cauções prestadas.

Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos com os seus fornecedores dentro de prazos bastante atractivos.



6 – Endividamento Municipal

6.1 – Limites ao Endividamento Municipal

A nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro introduz um novo conceito de Endividamento autárquico, e define outros níveis de controlo do endividamento, são eles:

1 – *Endividamento Líquido Municipal*, que como estabelece o nº 1 do artigo 36º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), “é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”. Dispõe o nº 1 do artigo 37º da referida Lei, que o montante do endividamento líquido total de cada município, a 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125 % do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior;

2 – *Limite Geral dos Empréstimos dos Municípios*, que como estabelece o nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), o montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior.

O município que não cumpra os limites acima mencionados, deve reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10 % do montante que excede o limite violado, sob pena da correspondente redução dos fundos provenientes do FEF.

Assim, de acordo com o disposto na Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais) e tendo em conta o disposto no artigo 33º do Orçamento de Estado para o ano 2008, foram apurados os Limites de Endividamento Municipal para 2008 conforme se demonstra no quadro seguinte.

**Demonstração do cálculo dos limites ao Endividamento Municipal para 2008**

	Designação	Montante	Observações
(1)	IMI 2007	1.344.662,38€	Receitas arrecadadas em 2007 por conta de impostos municipais
(2)	IMT 2007	819.558,48€	
(3)	IMV 2007	302.290,43€	
(4)	CA 2007	16.215,08€	
(5)	SISA 2007	9.033,57€	
(6)	Derrama 2007	505,63€	Receitas arrecadadas em 2007 a título de derrama sobre IRC
(7)	SEL 2007	4.777,31 €	
(8)	Fundos Municipais OE/2008	6.488.578,00€	
(9)	Receitas p/ efeitos do Lim. de Endividamento	8.985.620,88€	(9) = Somatório de (1) a (7) + (8)
(10)	Limite ao Endividamento de C. Prazo	898.562,09€	(10) = 10% x (9)
(11)	Limite ao Endividamento de médio e Longo Prazos	8.985.620,88€	(11) = 100% x (9)
(12)	Limite ao Endividamento Líquido	11.232.026,10€	(12) = 125% x (9)

6.2 – Situação Face aos limites do Endividamento

A situação face aos limites do endividamento deste município reportados a 31/12/2008 encontra-se demonstrada no seguinte quadro:

Situação face aos limites ao endividamento municipal para o ano 2008

	Designação	Montante em 31/12/2008	Observações
(1)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	2.926.699,05€	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazos, acrescido do empréstimo na AMAE
(2)	Endividamento Líquido	5.943.677,16€	Corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(3)	Capital em dívida excepcionado dos Limites de Endividamento	490.515,61€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º 33 do OE/2007
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00 €	
(5)	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	2.436.183,44€	(5) = (1) - (3)
(6)	Endividamento Líquido a considerar	5.453.161,55€	(6) = (2) - (3) - (4)

**Verificação do cumprimento dos limites reportado a 31/12/2008**

	Designação		Observações
(A)	Endividamento Médio e Longo Prazos (Capacidade de Endividamento Disponível)	6.549.437,44€	(A) = Limite ao endividamento de médio e longo prazos (nº 2 do artigo 39º da lei das Finanças locais) estabelecido no (11) do quadro nº 1 – (5) do quadro nº 2
(B)	Endividamento Líquido (Meios Líquidos Libertos)	5.778.864,55€	(B) = Limite legal do endividamento líquido (nº 1 do artigo 37º da lei das Finanças locais) estabelecido no (12) do quadro nº 1 – (6) do quadro nº 2

Da análise dos quadros anteriores verifica-se que o Município de Porto de Mós cumpriu os limites legais impostos.

Para avaliar os efeitos da nova Lei das Finanças Locais, no limite geral dos empréstimos de médio e longo prazos e no endividamento líquido municipal, determinamos a capacidade de endividamento disponível de cada um, reportado aos últimos três anos, e cujos valores se encontram reflectidos nos quadros seguintes.

6.3 - Cálculo da Capacidade de Endividamento**Quadro nº 1 – Limite Geral dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos**

Designação	Montante em 31/12/2005	Montante em 31/12/2006	Montante em 31/12/2007	Montante em 31/12/2008
Limite Geral dos Empréstimos do Município de Médio e Longo Prazos	8.378.023,19 €	8.629.432,67 €	8.883.063,51 €	8.985.620,88€
Divida do Município Referente a Empréstimos de M/L Prazos	2.413.684,89 €	2.477.090,10 €	2.786.399,01 €	2.926.699,05€
Valor dos Empréstimos não Considerados (Nº6, Art.º39, LFL) – Investimento FEDER	624.457,04 €	579.809,90 €	535.162,75 €	490.515,61€
Capacidade de Endividamento Utilizada	1.789.227,85 €	1.897.280,20 €	2.251.236,26 €	2.436.183,44€
	21,36%	21,99%	25,34%	37,20%
Capacidade de Endividamento Disponível	6.588.795,34 €	6.732.152,47 €	6.631.827,25 €	6.549.437,44€
	78,64%	78,01%	74,66%	72,89%

**Quadro nº 2 – Endividamento Líquido Municipal**

Designação	Montante em 31/12/2005	Montante em 31/12/2006	Montante em 31/12/2007	Montante em 31/12/2008
Limite ao Endividamento Líquido	10.472.528,99€	10.786.790,84€	11.103.829,39€	11.232.026,10€
Endividamento Líquido Assumido	4.475.060,96€	3.164.225,10€	2.763.399,25€	5.453.161,55€
	42,73%	29,33%	24,89%	48,55%
Endividamento Líquido Disponível	5.997.468,03€	7.622.565,74€	8.340.430,14 €	5.778.864,55€
	57,27%	70,67%	75,11%	51,45%

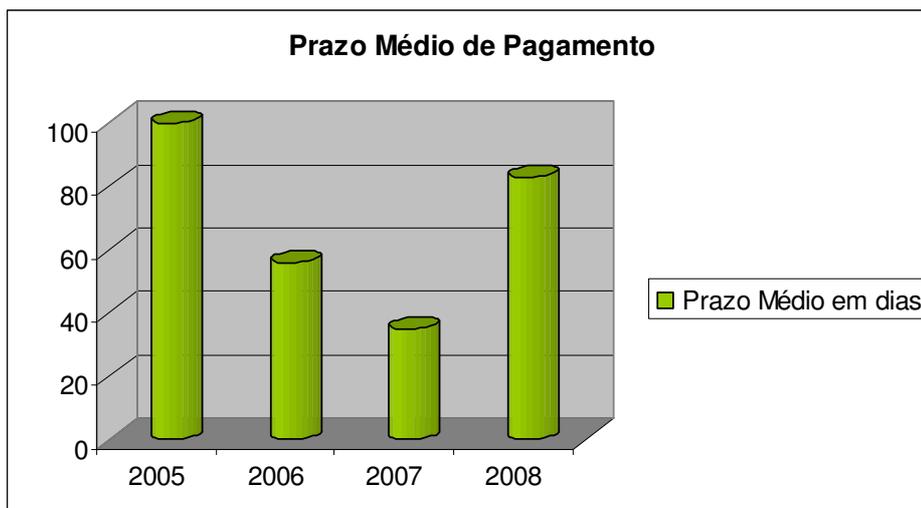
6. 4 – Rácios do Endividamento, Evolução no Quadriénio de 2005 a 2008

Indicadores	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
Endividamento				
Dívidas a Terceiros (CMLP)	18,07%	13,45%	11,94%	17,11%
Activo Fixo + Activo Circulante				
Peso do Endiv.to M. e Longo Prazo				
Dívidas a médio/longo prazo	10,98%	10,38%	10,87%	10,78%
Fundos Próprios				
Grau de Depend. M. e Longo Prazo				
Dívidas a médio/longo prazo	7,40%	7,45%	7,97%	7,51%
Activo Líquido				

6.5 – Prazo Médio de Pagamentos, em dias

Considerando o quadriénio de 2005 a 2008, podemos observar pelo quadro e gráfico seguintes que o prazo médio de pagamentos diminuiu substancialmente durante o ano de 2007, face aos restantes anos. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério. Se o fossem o prazo de pagamentos seria relativamente inferior.

Capítulos	2005	2006	2007	2008
Aquis. Bens e Serviços	6.022.412,45 €	5.819.565,10 €	6.185.407,15 €	6.030.443,86 €
Aquis. Bens de capital	4.322.760,91 €	4.061.688,35 €	3.756.670,37 €	6.244.382,85 €
Total	10.345.173,36 €	9.881.253,45 €	9.942.077,52 €	12.276.769,71 €
Dívida a fornecedores	2.822.144,63 €	1.504.457,83 €	951.164,82 €	2.805.027,53 €
Prazo Médio em dias	100	56	35	83



7 – Execução das GOP's do Plano

7.1 - Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes

A execução das actividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de acções que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das mesmas de relevante interesse público para os munícipes, tendo uma natureza corrente.

O montante previsto para a execução das actividades mais relevantes no exercício de 2008 foi de 4.802.637,54 € e o montante global executado de 3.549.572,14 €, verificando-se um grau de execução de 73,91 %. Para o elevado grau de execução destas actividades assume maior relevância as transferências entre administrações e o apoio a diversas entidades, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 10.669.106,59 € e o valor executado de 4.671.561,30 €, verificando-se um grau de execução de 43,79%.



7.3 – Resumo das Grande Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2008 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 15.471.744,13 € e o valor executado de 8.221.133,44 €, verificando-se um grau de execução de 53,14 %. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2008 por objectivos.

Obj/Prog	Designação	Plano Final Definido	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
1	Funções Gerais	470.711,42	380.100,83	380.100,83	194.860,57	176.085,40
111	Administração Geral	188.494,49	100.086,20	100.086,20	97.926,20	80.255,03
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	282.216,93	280.014,63	280.014,63	96.934,37	95.830,37
2	Funções Sociais	11.998.506,98	10.309.549,92	10.309.549,92	8.380.911,33	6.408.118,50
210	Educação Jardins Infância	360.244,20	345.766,88	345.766,88	116.504,10	52.269,98
211	Ensino Básico	611.355,92	555.478,09	555.478,09	356.958,87	203.129,73
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.425.000,00	1.357.365,57	1.357.365,57	1.347.108,45	1.048.715,25
213	Ensino Profissional	1.500,00	0	0	0	0
220	Saúde	6.500,00	0	0	0	0
232	Ação Social	205.100,00	189.857,00	189.857,00	189.857,00	189.282,00
242	Ordenamento do Território	1.490.675,00	1.128.814,90	1.128.814,90	913.215,36	679.431,83
243	Saneamento	948.750,00	422.523,70	422.523,70	409.269,70	362.623,46
244	Abastecimento de Água	854.727,00	594.879,98	594.879,98	558.001,77	305.819,11
245	Resíduos Sólidos	1.156.534,54	1.114.992,49	1.114.992,49	1.109.598,49	855.358,80
246	Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	3.899,91	619,37	619,37	619,37	504,29
251	Cultura	1.840.900,00	1.802.435,36	1.802.435,36	892.903,07	392.655,59
252	Desporto, Recreio e Lazer	2.458.012,41	2.242.673,66	2.242.673,66	2.052.046,71	1.941.812,19
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	246.000,00	197.641,47	197.641,47	174.113,07	156.768,07
254	Jardins e Arborizações	389.308,00	356.501,45	356.501,45	260.715,37	219.748,20
3	Funções Económicas	2.373.025,73	1.592.471,48	1.556.771,15	1.510.881,80	1.179.626,39
320	Indústria e Energia	606.217,00	412.249,43	412.249,43	383.165,85	318.972,65
330	Transportes e Comunicações	1.732.983,00	1.166.385,40	1.130.685,07	1.113.879,30	849.724,86
340	Comércio e Turismo	12.000,00	11.928,88	11.928,88	11.928,88	10.928,88
341	Mercados e Feiras	17.825,73	1.907,77	1.907,77	1.907,77	0
342	Turismo	3.500,00	0	0	0	0
351	Investimentos Financeiros	500	0	0	0	0
4	Outras Funções	629.500,00	578.105,06	578.105,06	578.105,06	457.303,15
420	Transferências Entre Administrações	629.500,00	578.105,06	578.105,06	578.105,06	457.303,15
	Total Geral	15.471.744,13	12.860.227,29	12.824.526,96	10.664.758,76	8.221.133,44



8 - Indicadores Gerais da Actividade

8.1– Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2006 / 2008

Sobre a evolução das contas do Município nos últimos três anos, apresentamos alguns indicadores da gestão e da actividade.

De uma forma geral os indicadores registados em 2008, não podem deixar de se considerar positivos. A maior parte deles representam mesmo a concretização dos objectivos traçados para este exercício, com especial relevância para aqueles que se referem a domínios da gestão da Autarquia em que foi preciso intervir de forma mais firme e decidida, com vista a corrigir uma trajectória que, de forma alguma, poderia continuar com a tendência verificada em anos anteriores.

RÁCIOS	2006	2007	2008
Receita Total	100,12%	101,15%	100,14%
Despesa Total			
Pessoal	36,13%	33,64%	33,07%
Receitas Correntes			
Despesas Correntes	89,98%	90,29%	83,75%
Receitas Correntes			
Despesas de Capital	135,46%	126,47%	159,15%
Receitas de Capital			
Despesa Total	99,88%	98,87%	99,86%
Receita Total			
Investimento	26,84%	24,49%	30,91%
Receita Total			
Receitas próprias	44,77%	43,66%	43,33%
Receita Total			
Receitas Correntes	76,44%	75,92%	76,26%
Receita Total			
Transferências Correntes	32,07%	34,05%	33,86%
Receita Total			
Transferências Correntes	41,96%	44,85%	44,40%
Receitas Correntes			
Transferências Capital	90,73%	79,20%	83,62%
Receitas Capital			
Despesas Correntes	68,86%	69,34%	63,96%
Despesa Total			
Despesa Capital	31,14%	30,66%	36,04%
Despesa Total			
Despesa Pessoal	27,65%	25,83%	25,25%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Correntes	33,08%	35,98%	31,79%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Capital	26,87%	27,77%	30,95%
Despesa Total			



9 – Análise da Situação Económica e Financeira

9.1 – Balanço e Demonstração de Resultados

9.1.1 - Balanço

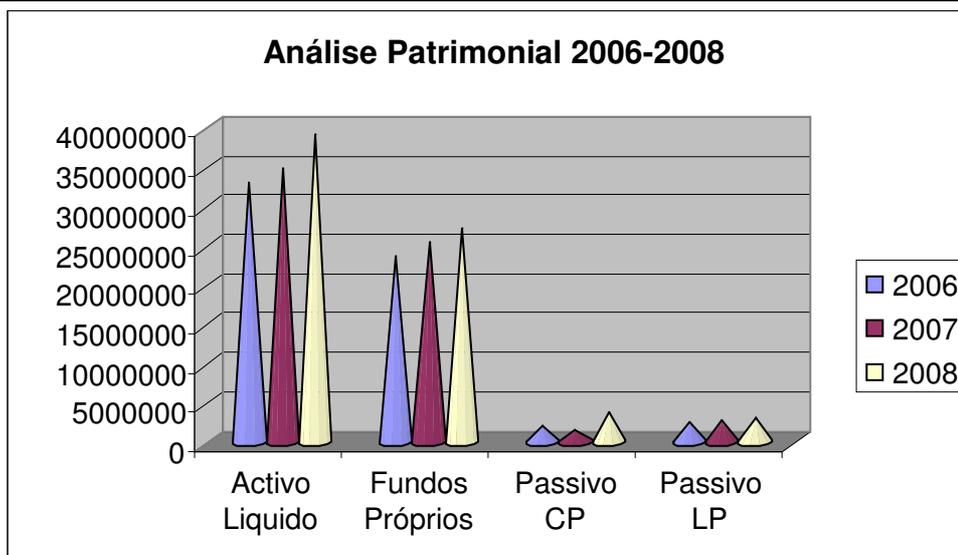
O Balanço demonstra a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2008, comparando-a com a do ano anterior, e a Demonstração de Resultados destina-se a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através da análise todos os custos e proveitos incorridos e obtidos ao longo do ano.

Un.: Euros

Balanço	2006	2007	2008
Activo	32.873.412,89	34.634.828,10	38.993.700,61
<i>Activo Fixo</i>	<i>30.900.580,74</i>	<i>32.215.411,34</i>	<i>36.656.976,23</i>
• Imobilizado	30.900.580,74	32.215.411,34	36.656.976,23
<i>Activo Circulante</i>	<i>1.939.070,96</i>	<i>2.387.910,86</i>	<i>2.307.308,18</i>
• Existências	1.496.679,64	1.781.633,50	1.789.174,47
• Dívidas de Terceiros	51.078,94	50.872,57	63.862,24
• Disponibilidades	391.312,38	555.404,79	454.271,47
Acréscimos e Diferimentos	33.761,19	31.505,90	29.416,20
Fundos Próprios	23.598.554,91	25.401.994,98	27.138.420,13
• Património	17.236.551,70	17.236.551,70	17.241.938,72
• Reservas	57.853,02	157.399,82	247.571,82
• Resultados Transitados	4.313.214,24	6.204.603,39	7.917.871,46
• Resultados Líquidos	1.990.935,95	1.803.440,07	1.731.038,13
Passivo	9.274.857,98	9.232.833,12	11.855.280,48
• Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo	2.448.785,10	2.760.054,13	2.926.699,05
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	1.966.533,86	1.371.412,31	3.739.003,56
Acréscimos e Diferimentos	4.859.539,02	5.101.366,68	5.189.577,87

O total do Activo Líquido atingiu em 2008 o montante de **38.993.700,61** €, traduzindo um acréscimo de 12,59% face ao ano transacto, impulsionado essencialmente pelo aumento do Activo Fixo.

A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 5.189.577,87 €, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

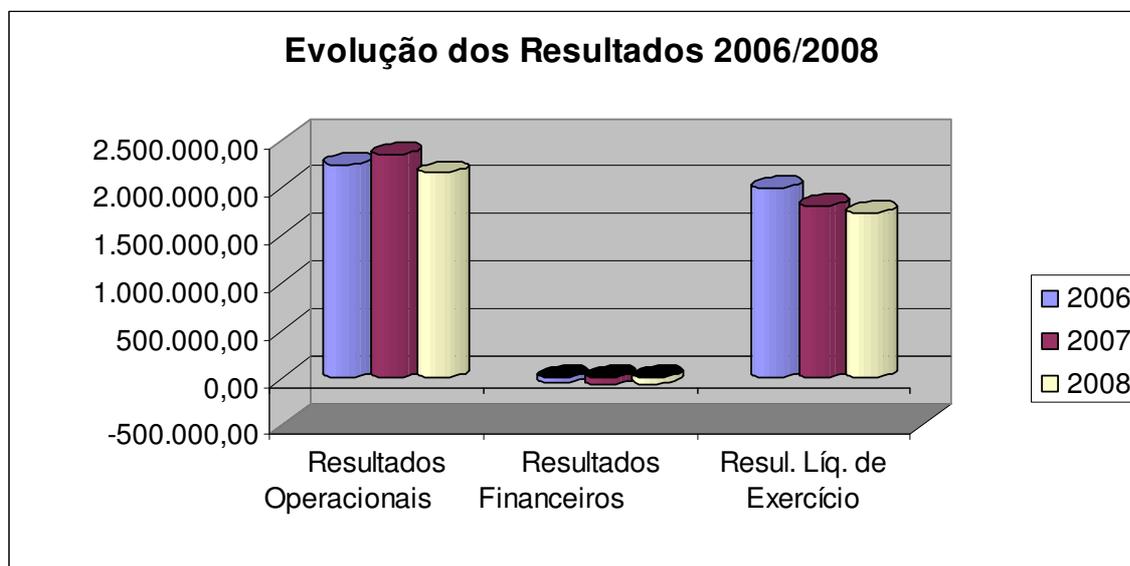


9.1.2 – Resumo da Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido de Exercício de 2008 totalizou 1.731.038,13 €, o que representa um decréscimo no montante de 72.401,94 € comparativamente ao ano anterior.

Un.: Euros

Resumo da Demonstração de Resultados		2006	2007	2008
Resultados Operacionais:	(A)	2.235.770,44	2.338.319,38	2.150.195,75
Resultados Financeiros:	(B)	-49.914,02	-70.019,38	-61.604,45
Resultados Correntes:	(A) +(B)	2.185.856,42	2.268.300,00	2.088.591,30
Resultados Extraordinários:	(C)	-194.920,47	-464.859,93	-357.553,17
Resultado Líq.de Exercício: (A) +(B) + (C)		1.990.935,95	1.803.440,07	1.731.038,13





9.1.3 - Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores de gestão são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro de uma edilidade.

De seguida apresenta-se uma breve análise de alguns rácios que evidenciam a posição financeira do Município de Porto de Mós.

Indicadores		Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
Rendibilidade Líquida do Activo	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Activo}}$	6,06%	5,21%	4,44%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo a Curto}}$	98,60%	174,12%	61,71%
Prazo				
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo a Curto}}$	19,90%	40,50%	12,15%
Prazo				
Índice de Solvência	$\frac{\text{Dívidas a Terceiros}}{\text{Activo Total}}$	13,43%	11,93%	17,09%
Índice de Autonomia	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Total}}$	71,79%	73,34%	69,60%

9.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

9.2.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.2 Não se aplica.

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) **Imobilizações Corpóreas**

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. No que respeita à valorização das estradas municipais, caminhos municipais, vias municipais e alguns parques e jardins, esta resultou



da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza desses bens e efectuados por um técnico pertencente à Câmara Municipal.

Durante o ano de 2008 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

c) Amortizações

As amortizações dos activos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2008 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações acumuladas correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

e) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela facturação de água.

f) Outras Prestações de Serviços

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

g) Fornecimento e Serviços Externos

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da actividade da Câmara Municipal.

Ponto 8.2.4 Não se aplica

Ponto 8.2.5 Não se aplica

Ponto 8.2.6 Não se aplica

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Activo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão reflectidos nos mapas em anexo.

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e



deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Notas a algumas contas:

Imobilizado em Curso

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

Bens Adquiridos em Estado de Uso

Não houve no ano 2008 aquisição de bens adquiridos em estado de uso.

Abates e Transferências de Bens do Activo Imobilizado

Durante o ano 2008 foram feitas transferências de bens do activo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Ponto 8.2.9 Não se aplica

Ponto 8.2.10 Não se aplica

Ponto 8.2.11 Não se aplica

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Rendimentos de Propriedades do Município	Receita ano 2008					
	Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Terrenos	Edifícios	Habitacões	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.177,16				
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	3.956,25				
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais	502600268	2.702,16				
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411					190.374,83
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029					668.528,42
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz	505076837			307,56		
Sousa Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815			5.614,41		
Habitacão Social					121,44	
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860			300,00		
Coral Calçada Romana Associação Cultural	507246373			350,00		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450			279,02		
João Pedro Carvalho Ribeiro (Bar da Piscina Municipal)	191818445			2.683,92		
Total		11.835,57	9.534,91	121,44	858.903,25	

**Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira**

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040104	Veiculo Ligeiro Comercial Nissan Navarra	25.209,59 €	2.520,96 €	22.688,63 €
424040105	Veiculo Ligeiro Passat	28.468,07 €	3.638,60 €	24.829,47 €
424040203	Mini-Autocarro	126.038,25 €	13.259,30 €	112.778,95 €
424040304	Mini-Carregadora	24.600,00 €	2.906,38 €	21.693,62 €

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Dada a morosidade de todo o processo de Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao património do Município de Porto de Mós, não foi ainda possível o levantamento das redes de abastecimento de água do Concelho.

Inventariadas estão as redes de água que vão sendo construídas, ampliadas ou remodeladas, os reservatórios e as estações elevatórias.

Por outro lado existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foram possíveis as suas valorizações. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objecto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 (Não se aplica)**Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2008 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.



DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Acções	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2400-098 Leiria	16 211 Acções 1,6434%	(a)	(a)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco, Parceiros, Apartado 157 2401-971 Leiria	17 320 Acções 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Dr. Luís Navega, Edifício Comercial, Piso 1, Loja 7 3780-541 Curia	1 500 Acções 1,95%	(a)	(a)
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial Rua de Espanha, lote 8 Apartado 78 2431-90 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2008 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 79.082,61€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A, que registou um aumento neste ano.

Ponto 8.2.17 Não se aplica

Ponto 8.2.18 Não se aplica

Ponto 8.2.19 Não se aplica

Ponto 8.2.20 Não se aplica

Ponto 8.2.21 Não se aplica

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros correspondem sobretudo a receitas de água não cobradas e virtualizadas. Não foram constituídas provisões para cobrança duvidosa dado que consideramos que não foram feitos todos os esforços de cobrança, pelo que o risco de incobrabilidade não está ainda devidamente justificado.

Ponto 8.2.23 Não se aplica

Ponto 8.2.24 Não se aplica

Ponto 8.2.25 Não se aplica

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)



Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas)**Ponto 8.2.28 Não se aplica****Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)****Ponto 8.2.30 Não se aplica****Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros**

Os resultados financeiros do exercício de 2008 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

No ano 2008 foi amortizado pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais o valor de 30.822,63 €, referente aos Empréstimos “Abastecimento de Água a S. Bento” e “Construção da Zona Desportiva – Complexo Municipal de Porto de Mós” efectuados ao abrigo do QCA III, da medida 1.8 – Bonificação de juros em linhas de crédito ao Investimento Autárquico, valor este que não teve reflexos nos fluxos de caixa mas sim nos outros proveitos e ganhos financeiros.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2008 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

10 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2008 foi de 1.731.038,13 €. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 31 de Março de 2009

O Presidente da Câmara,

João Salgueiro



11 – Mapas Anexos ao Relatório de Gestão

- Activo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Activo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários